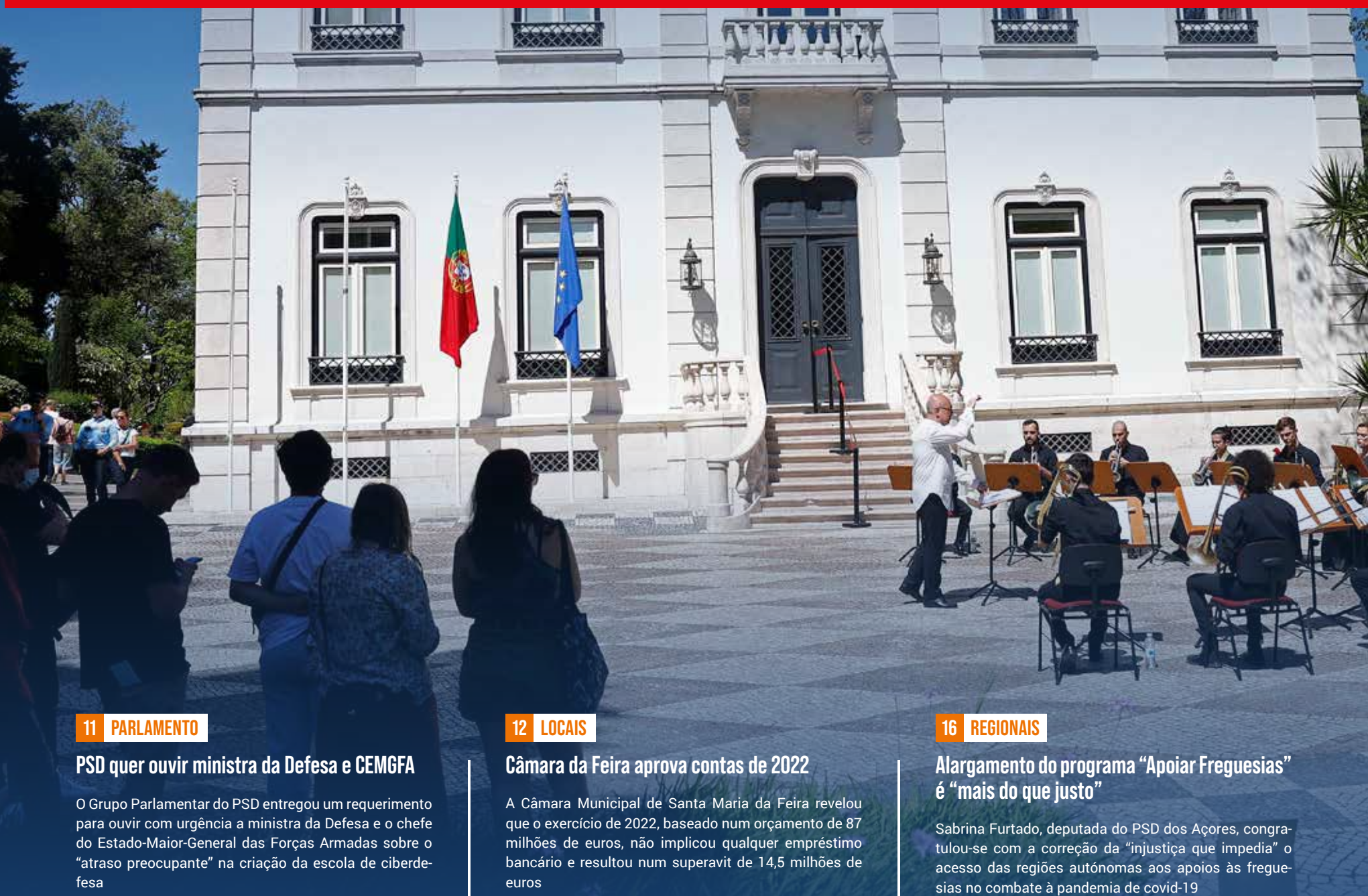


POVO LIVRE

ESTE GOVERNO

ACABOU

**Luís Montenegro
acusa António Costa
de querer provocar
eleições antecipadas**



11 PARLAMENTO

PSD quer ouvir ministra da Defesa e CEMGFA

O Grupo Parlamentar do PSD entregou um requerimento para ouvir com urgência a ministra da Defesa e o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas sobre o "atraso preocupante" na criação da escola de ciberdefesa

12 LOCAIS

Câmara da Feira aprova contas de 2022

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira revelou que o exercício de 2022, baseado num orçamento de 87 milhões de euros, não implicou qualquer empréstimo bancário e resultou num superavit de 14,5 milhões de euros

16 REGIONAIS

Alargamento do programa "Apoiar Freguesias" é "mais do que justo"

Sabrina Furtado, deputada do PSD dos Açores, congratulou-se com a correção da "injustiça que impedia" o acesso das regiões autónomas aos apoios às freguesias no combate à pandemia de covid-19

E agora, Senhor Presidente?

Sejamos claros: esta é uma autêntica declaração de guerra ao Senhor Presidente da República



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Estava preparada para produzir uma nota editorial a partir da interessante entrevista dada pelo Presidente do PS, na qual Carlos César, aparentemente, abria terreno para que António Costa pudesse demitir – ou aceitar a demissão – de João Galamba.

Mas os acontecimentos do dia de ontem trouxeram à tona uma realidade ainda muito mais complexa e preocupante.

Quando se esperava sentido de Estado, quando se pedia responsabilidade política, quando se exigia respeito pelos portugueses, em nome da ética, da confiança e da respeitabilidade das instituições, quando era tempo de, em definitivo, o Governo demonstrar que estava disponível para arrear caminho após mais de um ano de absoluto desnorte, somos confrontados com um exercício de puro tacticismo por parte do Primeiro-Ministro, alicerçado numa inaceitável encenação. Uma decisão, no mínimo, surpreendente por parte de um Primeiro-Ministro, António Costa anunciou, numa declaração ao país, em direto das escadarias de São Bento, que não aceitava o pedido de demissão entretanto apresentado por João Galamba.

Sejamos claros: esta é uma autêntica declaração de guerra ao Senhor Presidente da República. Acossado por semanas e semanas de desgaste, durante as quais aumentou o número de vozes questionando a pertinência de este Governo se manter em funções, e com o Senhor Presidente da República a procurar gerir, com responsabilidade, o clima político, António Costa optou por uma fuga para a frente e afrontar quem, desde sempre, tem procurado ser o garante maior do funcionamento regular das instituições, pese embora os inúmeros casos registados na curta duração deste governo.

A propósito, façamos uma pequena e sucinta revisão do que já testemunhámos: duas ministras em causa por situações dúbias envolvendo os respetivos maridos; um ministro desautorizado pelos seus secretários de estado a propósito de um choque fiscal; outro, acusado de mentir sobre o processo das obras do Hospital Militar de Lisboa; na Educação, a incapacidade de pôr fim ao caos que se vive nas escolas; um Pacote de Habitação arrasado por todos; na Justiça, atrasos e mais atrasos e processos graves em risco de prescrever; na Agricultura, a responsável é tida em parte incerta e nem para a Ovibeja foi convidada; na pasta das Infraestruturas, bem, temos bem presente os acontecimentos dos últimos meses no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP, que já chamuscaram Mariana Vieira da Silva, Ana Catarina Mendes e, especialmente, Fernando Medina.

Chegados aqui, e perante a afronta pública e política feita por António Costa, toda a atenção está dirigida para o Palácio de Belém.

“O Presidente da República, que não pode exonerar um membro do Governo sem ser por proposta do Primeiro-Ministro, discorda da posição deste quanto à leitura política dos factos e quanto à perceção deles resultante por parte dos Portugueses, no que respeita ao prestígio das instituições que os regem”, lê-se na nota publicada ontem à noite, logo após a declaração do Primeiro-Ministro, no site da Presidência da República.

Também nós, PSD, e a generalidade dos portugueses discordamos da posição tomada pelo Primeiro-Ministro.

Por isso, a pergunta impõe-se: e agora, Senhor Presidente?

LUÍS MONTENEGRO NA 39.ª OVIBEJA

ESTE GOVERNO ACABOU



Luís Montenegro considera que o atual Governo acabou e foi o próprio presidente do PS, Carlos César, quem o reconheceu, em entrevista ao “Público”, quando pediu “algum refrescamento” no Executivo de António Costa.

“Este Governo, de alguma maneira, acabou. E quem o diz não sou eu. Quem o diz é o presidente do Partido Socialista”, afirmou.

Para o líder do PSD, que visitava a Ovibeja, no domingo, “independentemente da semântica, que é uma coisa que hoje é muito cara aos dirigentes do Governo e do Partido Socialista”, “a verdade é que, quando o presidente do PS afirma que este Governo tem de ser regenerado, que este Governo tem de ser refrescado, ele está a assumir que aquilo que este Governo fez nestes treze meses foi um falhanço e que estes governantes não servem”.

Nesse sentido, assinala Luís Montenegro, não é viável que o país ande “embrulhado em questões internas com um Primeiro-Ministro que já mostrou não ser capaz de ultrapassar a situação”, o Executivo “falhou e acabou do ponto de vista do seu espaço de manobra para motivar e mobilizar a sociedade portuguesa”.

“Ou o Governo muda ou o país tem de mudar de Governo”, frisou.

Luís Montenegro garante que “o PSD está preparado para assumir a condução de uma política governativa que transforme a vida das pessoas para melhor”.

NÃO PEDIMOS ELEIÇÕES, MAS NÃO AS RECUSAREMOS

Luís Montenegro acusa António Costa de querer provocar eleições antecipadas, enveredando por um “teatro político premeditado”, “um jogo de oportunismo” e de “sobrevivência”, porque há meses que o “PS e o Primeiro-Ministro andam entretidos em guerras partidárias caseiras, transportaram-nas para o Governo e para as empresas públicas, e não têm nem tempo, nem disposição, nem vontade de governar o país”.

“O perfil de Primeiro-Ministro de António Costa não interessa a Portugal”, sintetizou, acrescentando que o PSD está preparado para qualquer cenário. “Não as pedimos [eleições], mas também vos digo: não as recusaremos. Sim, estamos preparados para tudo o que for necessário”, disse.

Em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, no final da reunião da Comissão Permanente do Partido, esta quarta-feira, o líder social-democrata frisou que “António Costa e o Governo traíram a confiança que lhes foi dada pelos portugueses”.

“Num ápice, um Primeiro-Ministro que enchia a boca com a palavra e o valor da estabilidade, ensaiou uma fuga para a frente a ver se provoca eleições antecipadas.

O Primeiro-Ministro não é capaz de reformar, renovar ou simplesmente refrescar o seu Governo e só vê uma saída para o caos em que mergulhou o Executivo: tentar provocar eleições antecipadas sem ter coragem de o dizer. (...) Sem nenhum programa, sem nenhuma motivação, o Primeiro-Ministro refugia-se numa guerra de palácios e quer dissolver ele próprio a sua liderança e a sua autoridade política, lançando o país para um conflito institucional”, apontou.

Sublinhando que o ministro das Infraestruturas “só tem uma saída digna, insistir na demissão”, o Presidente do PSD lembra que “Portugal tem cada vez menos tempo a perder”.

E garante que está preparado para servir o país: “Quero dizer nos olhos aos portugueses que não me move nenhum espírito de sobrevivência individual ou partidária. Pelo contrário, move-me um espírito de missão que será a minha última na política ativa. Serei um Primeiro-Ministro livre, pronto para enfrentar interesses instalados e para combater privilégios injustificados. E serei Primeiro-Ministro em consequência de uma vitória nas eleições, realizem-se elas quando se realizarem”.





JANTAR DO 1.º DE MAIO DOS TSD

O PSD SEMPRE VALORIZOU OS TRABALHADORES

Luís Montenegro lembra que o 1.º de Maio é património de toda a sociedade e de todos os trabalhadores e, historicamente, o PSD tem contribuído para a dignificação do trabalho em Portugal.

“Quando alguns tentam apropriar-se de datas com mais significado político, como o 25 de Abril, como o 1.º de Maio, fazendo de conta que são dias da propriedade de um pensamento político, nós só podemos dizer-lhes que não vale a pena atirarem areia para os olhos das pessoas. (...) Nós não recebemos lições de ninguém”, afirmou.

Num jantar comemorativo do 1.º de Maio dos Trabalhadores Social Democratas (TSD), em Algés, Oeiras, no domingo, 30 de abril, Luís Montenegro referiu que os portugueses “conhecem a história do PSD, enquanto instrumento (...) que mais valorizou o trabalho das pessoas e o potencial de crescimento e de ascensão de cada pessoa, de cada família, de cada instituição”.

O Presidente do PSD alertou para a perda de poder de compra das famílias, ao mesmo tempo que defendeu uma redução na carga fiscal, “o maior problema que temos na nossa sociedade”.

Luís Montenegro sublinhou que o salário médio está cada vez mais próximo do salário mínimo e a responsabilidade “dessa convergência dramática” é dos governos socialistas. “Defender o poder de compra dos trabalhadores é também defender que paguem menos impostos. (...) É que os salários já são baixos, muito baixos, porque temos cada vez mais pessoas a ganhar o salário mínimo nacional. O salário mínimo nacional e o salário médio do salário mínimo estão cada vez mais juntos. É que as pessoas, além de ganharem pouco, ainda pagam impostos como nunca pagaram”, disse.

A esse propósito, o Presidente do PSD destacou que a “asfixia fiscal” abarca também os impostos indiretos, que tributam o consumo e “atinge todos na mesma proporção”, seja quando vamos a “uma bomba de gasolina abastecer”, seja na compra de um bem ou no pagamento da conta da luz e do consumo de água.





**Temos cada vez mais
pessoas a ganhar
o salário mínimo**



GOVERNO RECORRE AO PRR PARA TAPAR BURACOS NO INVESTIMENTO



Luís Montenegro considera que o Governo utiliza o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português para fazer investimento público não realizado nos últimos anos. “O PRR é a substituição de investimentos não executados nos últimos sete anos, nos últimos sete Orçamentos do Estado. É preciso dizer que o rei vai nu e que é por isso que temos baixos salários e não criamos riqueza suficiente”, acusou.

Intervindo num almoço de trabalho do Fórum para a Competitividade,

perante associações empresariais, em Lisboa, dia 27 de abril, o Presidente do PSD referiu que o “PRR deveria ser um Plano de Recuperação e Resiliência da economia e da capacidade do país em criar riqueza”.

“Em todos os países da União Europeia, mormente na Europa Central e na Europa de Leste, estes fundos estão a ser utilizados para revitalizar a atividade económica, a indústria, a agricultura, o comércio e o turismo. Só em Portugal é que quase a totalidade destes recursos estão



a ser alocados ao investimento públicos”, apontou.

Segundo o líder do PSD, enquanto prevalecer “esta realidade”, que revela falta de “visão estratégica da governação” e “não dá futuro”, continuaremos a ter uma economia de “baixos salários”, fiscalmente pouco competitivo, sem “crescimento sustentado”, incapaz de “produzir riqueza” para melhorar efetivamente a vida dos portugueses.

“Eu fico absolutamente siderado com a forma alegre, bem-disposta, como o Primeiro-Ministro e os membros do Governo apresentam, com otimismo ao país, taxas de economia de crescimento nos próximos anos da nossa economia, entre 1% e 2%, como se isso fosse uma grande façanha”, salientou, comparando com os níveis de crescimento dos países bálticos e da Europa de Leste, “onde estão a crescer 4%, 5% ao ano”.



CONSELHO NACIONAL

PS ANDA DE BRAÇO DADO COM A EXTREMA-DIREITA

Luís Montenegro acusa o PS e António Costa de procurarem “ancorar-se à extrema-direita” e reitera que o PSD nunca governou nem vai “governar com o apoio de extremismos”, é “o porto de abrigo dos [portugueses] que não são nem extremistas nem radicais” e representa “a alternativa ao socialismo”.



“Agora, em 2023, a extrema-esquerda já não está à mão de semear. Em quem é que o dr. António Costa e o PS se querem ancorar? Na extrema-direita”, afirmou.

Na intervenção de abertura do Conselho Nacional, na quarta-feira, 26 de abril, em Lisboa, o líder do PSD disse que “nem queria acreditar” no que ouviu do Presidente da Assembleia da República, durante a cerimónia do 25 de Abril. “Ontem na Assembleia da República, o Presidente da Assembleia da República, num discurso muito curioso, porque foi monotemático, falou do tempo da política: deixem-nos estar aqui que nós estamos agarrados ao poder até 2026 e que é preciso respeitar



Há muitos interesses em Portugal que vivem bem com o PS e com António



a vontade do povo. (...) Como é possível que as pessoas que perderam eleições em 2015, que não tinham a vontade do povo para governar e se foram juntar à extrema-esquerda (...) Como é possível que esta gente diga que respeita a vontade popular e queira atirar pedras para cima da casa do PSD”, criticou, acusando Augusto Santos Silva de nunca ter “despido a camisola de militante do PS”.

O Presidente do PSD referiu-se ainda ao “empobrecimento do país e ao apodrecimento do Governo”, lamentando que António Costa seja “hoje um fantoche daquilo que os assessores de comunicação lhe dizem para fazer”. “Há muitos interesses em Portugal que vivem bem com o PS e com António Costa”, apontou.

O Conselho Nacional do PSD centrou-se na análise da situação políti-

ca atual. O 41.º Congresso Nacional, dedicado à revisão dos Estatutos, decorrerá em Setúbal, no dia 25 de novembro de 2023. “Vamos homenagear um distrito que nunca recebeu um Congresso do PSD”, declarou o líder do PSD.

A comemoração do 49.º aniversário do Partido será no dia 6 de maio, em Coimbra. No dia 20 de maio, terá lugar uma Convenção Autárquica Nacional.

ATRASOS NA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE CIBERDEFESA

PSD QUER OUVIR MINISTRA DA DEFESA E CEMGFA

O Grupo Parlamentar do PSD entregou, dia 2, um requerimento para ouvir com urgência a ministra da Defesa e o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) no parlamento sobre o “atraso preocupante” na criação da escola de ciberdefesa.

Num requerimento assinado pelo líder parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmiento, e pelo coordenador do grupo parlamentar na Comissão de Defesa Nacional, Jorge Paulo Oliveira, os sociais-democratas escrevem que “de acordo com notícias veiculadas na imprensa”, nomeadamente no Diário de Notícias, “a criação da Escola de Ciberdefesa irá sofrer um atraso preocupante” em virtude de o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) “ter decidido, agora, abrir um concurso público internacional”.

“Esta decisão não deixa de ser surpreendente pois surge mais de três anos depois de o EMGFA ter iniciado o processo de consulta de empresas de cibersegurança, ainda no mandato do almirante Silva Ribeiro, no sentido de criar uma Escola de Ciberdefesa que salvguarde os interesses nacionais, nesta área fundamental da Defesa”, lê-se no texto.

Os sociais-democratas referem que a ministra da Defesa classifica esta área como “uma prioridade” do Governo, mas salientam que a decisão em causa terá efeitos na instalação das capacidades de ciberdefesa do país, “já comprometidas pela fraca taxa de execução do orçamento para este setor que foi de, apenas, 30% no ano passado”.

Os parlamentares social-democratas consideram ser “evidente que a demora na edificação desta capacidade na Defesa” acaba por “suscitar apreensão a nível nacional e internacional no setor”, lembrando que ainda não foram esclarecidas “a



dimensão e consequências” dos ciberataques do ano passado à rede do EMGFA.

Paralelamente a este processo, continua o texto, “foi edificada há um ano na Academia Militar, do Exército, a ‘Cyber Academia and Innovation Hub’ para ‘promover a formação, treino e exercícios, a investigação, e inovação no ciberespaço e, ainda,

apoiar o desenvolvimento de capacidades no âmbito da cibersegurança e ciberdefesa” – cuja criação foi aprovada no passado dia 20 de abril em Conselho de Ministros.

“Todavia, e apesar de parecer existir quem defenda que este espaço, sem utilização há mais de um ano, poderia ser utilizado também como escola de ciberdefesa, o Ministé-

rio, inexplicavelmente, entende que não”, acrescentam.

Para o PSD, “esta situação reveste-se de enorme preocupação, podendo afetar a credibilidade do Estado Português junto dos seus parceiros internacionais e pôe em causa o desenvolvimento do plano na área da Ciberdefesa e como tal, importa conhecer a dimensão desta problemática”.

CÂMARA DA FEIRA APROVA CONTAS DE 2022



A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira revelou que o exercício de 2022, baseado num orçamento de 87 milhões de euros, não implicou qualquer empréstimo bancário e resultou ainda assim num superavit de 14,5 milhões de euros.

Segundo o relatório que foi aprovado pela maioria social-democrata dessa autarquia, com o voto contra da vereação socialista, esses são dois pontos a destacar no desempenho orçamental da Câmara ao longo de 2022.

“Não foram realizados quaisquer novos empréstimos de curto, médio ou longo prazo para financiamento da atividade municipal. Na ótica patrimonial, destaca-se o resultado líquido do exercício positivo de 14,5 milhões de euros”, refere o documento.

O Presidente da Câmara, Emídio Sousa, está satisfeito com esse trabalho, considerando que 2022 foi “um ano de viragem”, por um lado sem pandemia, mas, por outro, influenciado pelos efeitos da guerra

na Ucrânia, pela consequente escalada de preços e pela descentralização de competências – o que, no caso da educação, obrigou a autarquia a integrar mais 500 funcionários no seu quadro de pessoal, que agora é de 1.282 pessoas.

“Tudo isto conferiu mais complexidade à gestão da coisa pública. Mas, mesmo com o atual cenário de instabilidade e incerteza económico-social, os nossos resultados evidenciam o sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando ainda que, no devido tempo, o Município teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas, o que lhe permite agora estar preparado para as necessidades atuais e futuras”, declara o autarca à Lusa.

Outros aspetos que Emídio Sousa realça no exercício de 2022 são a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, que é agora de seis dias, e a cobrança de mais 18 milhões de euros em receita face

a 2021, o que contribuiu para um total de 141,7 milhões em receita cobrada.

“Devido à alteração legal do formato de contabilização, existe um aumento da dívida global entre 2021 e 2022, no montante de 6,29 milhões de euros, mas esse acréscimo resulta apenas da mudança de procedimento, caso contrário a dívida contabilizada pelos moldes antigos, sem diferimentos, provisões nem operações de tesouraria, diminuiria 16,17%, baixando 2,16 milhões”, explica Emídio Sousa, que situa o total da dívida atual em 11,2 milhões de euros.

Quanto à obra desenvolvida em 2022, o Presidente da Câmara salienta empreitada como o arranque da reabilitação do Castelo da Feira, a construção de novas unidades de saúde, a aquisição de terrenos para serviços de saúde mental a implementar no Hospital São Sebastião, o avanço da 9.ª e 10.ª fases da repavimentação viária do concelho e o início da edificação da piscina de Canedo.



Na ótica patrimonial, destaca-se o resultado líquido do exercício positivo de 14,5 milhões de euros

SENTIR O CONCELHO DE CORUCHE

O roteiro pela Freguesia de São José da Lamarosa, no dia 22, iniciou com uma reunião com a Strix Bike Team, onde o Presidente da Associação, Gonçalo Cabecinhas, e os treinadores partilharam as atividades que desenvolvem, mas também as principais necessidades, sobretudo de apoios ao desenvolvimento do plano de atividades e aquisição de equipamentos.

De seguida, concretizou-se a visita à empresa Floripinhas - Exploração Florestal, de José Custódio Alves, conhecido por todos como Cabeça de Ferro, empresa que se constitui como uma das maiores empregadoras da Freguesia e uma das maiores do país a operar nesta área, onde a Secção do PSD de Coruche e os seus autarcas tiveram oportunidade de conhecer as instalações e o funcionamento, bem como as necessidades e preocupações, mas sobretudo a visão do negócio, partilhada por quem o conhece muito bem.

O roteiro terminou com a visita à padaria Rosão, momento em que foram abordados os impactos do aumento dos custos de produção, nomeadamente energéticos e das matérias-primas, a falta de mão-de-obra e a possibilidade de apoios do estado às empresas fortemente impactadas pela crise energética, entre outros temas.

Esta foi uma oportunidade para a Concelhia do PSD Coruche contactar com a realidade da Freguesia e sobretudo de ouvir e estar com as pessoas.

Ao longo desta jornada de trabalho, a Secção do PSD de Coruche e os seus eleitos na Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia de São José da Lamarosa, "inteiraram-se não só dos problemas e dificuldades, mas também dos casos de sucesso e das potencialidades".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU APROVOU CONTAS DE 2022



A Assembleia Municipal de Viseu aprovou, dia 26 de abril, as contas relativas ao ano de 2022, que se traduziram num resultado líquido de cerca de 2,4 milhões de euros (ME).

O relatório de gestão e documentos financeiros da Câmara de Viseu referente ao exercício económico de 2022 foi aprovado com um voto contra (do BE) e dez abstenções (do PS).

O Presidente da Câmara de Viseu, Fernando Ruas, afirmou que o resultado líquido se cifrou “em cerca de 2,4 milhões de euros, o que, em termos comparativos com o ano anterior, se refletiu num crescimento de 336,8%”.

O autarca salientou “a verificação do equilíbrio orçamental refletida na poupança corrente”.

“A receita corrente bruta foi superior à soma das despesas correntes com as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, no montante aproximado de 14,1 milhões de euros”, explicou.

Segundo Fernando Ruas, “é com a poupança corrente que se podem criar as condições para a realização de investimentos de capital”.

“Daí a designação de ‘regra do equilíbrio orçamental’ para a avaliação deste indicador”, sublinhou.

O autarca social-democrata destacou ainda que “o resultado antes de depreciações e gastos de financiamento foi incrementado em 27,3%, tendo atingido os 12,1 milhões de euros, mais 2,6 milhões de euros do que no ano anterior”.

PSD DE VILA REAL

4ª EDIÇÃO DO “ROTEIRO PELAS FREGUESIAS” DECORREU NA FOLHADELA

O PSD de Vila Real realizou no sábado, 29 de abril, a 4ª edição do “Roteiro pelas Freguesias”, dedicando o dia à freguesia de Folhadela. Folhadela é uma freguesia de perfil semiurbano com um vasto património cultural e religioso e comporta as infraestruturas da nossa Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro.

“Ao longo do dia podemos contactar com a população e as diferentes instituições locais constatando o papel determinante que desenvolvem na constituição da identidade local bem como na dinamização cultural e na componente pedagógica”, informou a Comissão Política de Secção do PSD de Vila Real.

Para a estrutura liderada por Luís Tão Barros, “não obstante à riqueza das suas terras e das suas gentes é também notório o esquecimento

do território, muitas são estradas em fraco estado de conservação, o cemitério local continua a aguardar a intervenção prometida e os constrangimentos relacionados com a acessibilidade e a possibilidade de construção são inúmeros”.

“Podemos ainda constatar a falta de limpeza das matas locais pelo que alertamos para a importância dos agentes locais na prevenção dos incêndios, prevenção esta que deve ser pensada desde já. No bairro social de Vila Nova, lamentamos a gritante falta de respeito para com os habitantes que se deparam com problemas vários relacionados com a falta de manutenção, questões que colocam em causa não só o seu bem-estar com a sua segurança. Importa reavaliar a política de apoio social nomeadamente no que

concerne aos projetos habitacionais, combatendo a estagnação vigente nos últimos 10 anos”, afirmou.

O PSD de Vila Real garante que “prevalecerá nesta política de pro-

ximidade, dando voz à população e apontando novos caminhos que os permitam acreditar num futuro mais justo”.



ALARGAMENTO DO PROGRAMA “APOIAR FREGUESIAS” É “MAIS DO QUE JUSTO”



O PSD dos Açores congratulou-se com a correção da “injustiça que impedia” o acesso das regiões autónomas aos apoios às freguesias no combate à pandemia de covid-19, salientando tratar-se de uma alteração “mais do que justa”.

“Antes tarde do que nunca”, referiu a deputada do PSD dos Açores, Sabrina Furtado, citada num comunicado de imprensa, na sequência do despacho publicado, em “Diário da República”, no dia 2 de maio de 2023, que torna acessível às freguesias das regiões autónomas estas verbas.

A deputada salienta que se estava perante “uma injustiça clara”, uma vez que o despacho que criou o programa Apoiar Freguesias referia que o apoio financeiro a conceder seria apenas como beneficiários as freguesias do continental, excluindo todas as autarquias dos Açores e da Madeira.

Tratava-se de “mais uma atitude discriminatória do Governo da República em relação aos Açores e à Madeira”, aponta a deputada, lembrando que há cerca de duas semanas o parlamento açoriano aprovou por unanimidade um projeto de resolução de PSD, CDS-PP e PPM a exigir ao Governo da República a inclusão das juntas de freguesia das regiões autónomas no programa nacional.

Sabrina Furtado recorda ainda que o prazo para apresentação das candidaturas terminou em 17 de abril, sem que tivessem sido efetuadas quaisquer alterações para abranger as juntas de freguesia das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

“Finalmente, houve agora esta correção, que é mais do que justa, uma vez que as juntas de freguesia tive-

ram um papel crucial no combate à pandemia da covid-19, principalmente na prevenção, proteção e proximidade às populações, que a elas recorreram”, assinala a deputada do PSD dos Açores.

O programa “Apoiar Freguesias” comparticipa a 100%, até ao máximo de 75 mil euros por freguesia, os gastos com equipamentos e dispositivos médicos, equipamentos de proteção individual, testes, análises laboratoriais e outros meios de diagnóstico, medicamentos, assistência de emergência a população vulnerável, ações de sensibilização e sinalização relativas à prevenção da doença e ações de desinfeção e disponibilização de desinfetantes.

As freguesias devem agora apresentar a sua candidatura à Direção-Geral das Autarquias Locais, por via eletrónica, no prazo máximo de 30 dias após a entrada em vigor do regulamento.

Em 17 de março, foi publicado em “Diário da República” o regulamento do programa, determinando que as freguesias têm 30 dias contínuos para se candidatarem a um total de cinco milhões de euros para ressarcir as despesas realizadas em 2020 no combate à pandemia de covid-19.

Em 21 de abril, o parlamento açoriano aprovou por unanimidade uma resolução da coligação PSD/CDS-PP/PPM que apelava ao Governo da República para estender o programa nacional às freguesias das regiões autónomas.

FURACÃO LORENZO

BE FAZ “JOGO DOS CENTRALISTAS” EM PREJUÍZO DA ILHA DAS FLORES



Ricardo Vieira, deputado do PSD dos Açores, criticou o BE por estar a fazer o “jogo dos centralistas” em relação à prometida solidariedade nacional nas obras de reparação dos estragos causados pelo furacão Lorenzo, em vez de exigir que o Governo da República transfira as verbas devidas à Região e que estão em atraso.

“O BE/Açores, em vez de reclamar da República as verbas que são devidas à Região para a reconstrução do Porto das Lajes das Flores, destruído pelo furacão Lorenzo e pela tempestade Efrain, prefere fazer o jogo dos centralistas, lesando as famílias e empresas florentinas”, afirmou.

Para o parlamentar social-democrata, “é condenável que o Bloco de Es-

querda se tenha juntado ao Partido Socialista para tentar estrangular financeiramente a Região Autónoma dos Açores, faltando à verdade e sendo cúmplice do calote do Governo da República para com a Região”.

Ricardo Vieira lamentou que o BE “minta descaradamente” quanto ao processo das obras de recuperação do Porto das Lajes das Flores, “colocando na boca do Secretário Regional das Finanças palavras que este nunca proferiu”.

“O Secretário Regional das Finanças foi muito claro na Comissão de Economia: ‘Não vamos falhar com os florentinos, não vamos deixar as obras pararem. Naquilo que o Governo da República está falhando na Região, está a ser a Região, atra-

vés da Portos dos Açores, a cumprir perante os florentinos’. Ou seja, o coordenador do BE mentiu deliberadamente”, lembrou.

Desde a primeira hora, realçou o parlamentar eleito pelas ilhas das Flores, que o Governo dos Açores “se tem empenhado na resolução do problema, avançando com as obras, mesmo sem a garantia de que irá receber as verbas prometidas pelo Governo da República, assumindo todos os encargos inerentes, para que nada falte aos florentinos”.

Para o deputado social-democrata, a postura dos dirigentes do BE/Açores é reveladora de “total desrespeito para com a ilha das Flores, tentando enganar intencionalmente os florentinos e fazendo o jogo dos

centralistas só para criticar o Governo Regional”.

Recorde-se que, até 31 de dezembro de 2022, o valor faturado pela empresa pública Portos dos Açores ascendia já a 76,1 milhões de euros. Contudo, o Governo da República apenas transferiu 29 milhões de euros, ficando em falta cerca de 39 milhões relativos a obras já executadas e pagas pela Portos dos Açores.

“A tentativa deliberada da República de estrangular financeiramente a Região, por razões meramente partidárias, comprova-se facilmente: dos 29 milhões de euros transferidos pelo Governo da República até ao presente, 28 foram-no antes das eleições regionais de 2020”, concluiu.



PSD QUESTIONA REPÚBLICA SOBRE FALTA DE PESSOAL NOS FARÓIS DOS AÇORES

O grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República questionou a Ministra da Defesa Nacional sobre a recuperação e a requalificação dos faróis nos Açores, assim como a insuficiência do quadro de pessoal de faroleiros na Região.

Conforme avança o deputado Francisco Pimentel, “o património do Estado nos Açores, ao nível dos faróis, é da responsabilidade da Autoridade Marítima Nacional, e precisa de obras de recuperação e requalificação urgentes, nomeadamente nos faróis dos Rosais (São Jorge) e Ribeirinha (Faial) danificados na sequência dos sismos de 1980 e 1998, respetivamente”.

O social-democrata sublinha que “a qualidade arquitetónica e o enquadramento histórico e paisagístico, daqueles faróis justificam intervenções urgentes de recuperação e requalificação, não só para poderem continuar a cumprir as suas

funções, mas também por serem um importante roteiro de enriquecimento turístico e cultural dos Açores, enquanto centros interpretativos”.

“Queremos assim saber se o Ministério da Defesa tem algum plano ou programa de ação destinado à manutenção, à recuperação à requalificação dos faróis nos Açores, nomeadamente daqueles dois e, tendo-os, para quando se prevê o início efetivo das obras, que devem incluir intervenções destinadas à consolidação dos solos em que os mesmos faróis se encontram implantados”, avança o deputado.

“Outro problema que urge ultrapassar, tem a ver com a falta de recursos humanos, entenda-se, faroleiros, na Região”, diz Francisco Pimentel, lembrando que “o quadro de pessoal previsto para suprir as necessidades dos 16 faróis dos Açores aponta para um efetivo de

34 faroleiros, quando atualmente dispõe apenas de 26”.

“Tal carência de recursos humanos parece apenas dever-se ao facto de o Ministério das Finanças não ter autorizado, até agora, a abertura dos cursos de formação profissional de faroleiro”, adianta Francisco Pimentel.

“Estamos a falar aqui da preocupação com a necessidade de garantir a segurança de toda a navegação marítima dos Açores, seja ela mercante, piscatória ou de recreio”, acrescenta o parlamentar.

“Da mesma forma, deve então o Governo da República esclarecer se levou a cabo algumas diligências efetivas, visando a abertura do curso de faroleiros e, assim, o suprimento da falta de recursos humanos qualificados, necessários ao correto funcionamento dos 16 faróis existentes nos Açores”, conclui Francisco Pimentel.

MADEIRA

PSD DESTACA RECORDES NO TURISMO

No último fim de semana, a Madeira recebeu milhares de turistas, atraídos pela Festa da Flor. O Grupo Parlamentar do PSD aproveitou esta ocasião para destacar os excelentes resultados que a Região tem apresentado no setor do turismo.

Numa iniciativa realizada na Avenida do Mar e das Comunidades, que será palco do cortejo alegórico da Flor, o deputado Carlos Rodrigues lembrou que, em 2022, a Madeira conseguiu atingir todos os recordes, quer ao nível da taxa da ocupação, quer dos rendimentos totais, quer da entrada de turistas, ultrapassando largamente os números obtidos no último ano antes da pandemia, ou seja, 2019.

Por outro lado, acrescentou, também no primeiro trimestre de 2023, os dados estatísticos já publica-

dos “revelam que essa progressão continua a acontecer, o que nos dá alguma garantia de que 2023 poderá ser um ano com números ainda mais confortáveis no que diz respeito a este setor, que é o principal setor de atividade económica da Madeira”.

Carlos Rodrigues salienta que esta dinâmica que se regista no Turismo assenta em três fatores determinantes. Em primeiro lugar na capacidade e qualidade dos nossos empresários e empreendedores na área do Turismo, os quais, “mesmo durante a pandemia, demonstraram uma resiliência e uma capacidade de adaptação muito grande”, mas também na qualidade do serviço prestado e receção de todos os colaboradores da hotelaria e atividades similares e, por fim, no papel

que o Governo Regional tem assumido, sendo disso exemplo o trabalho desenvolvido durante a pandemia de modo a que o setor parasse o mínimo tempo possível e antecipando a retoma. Trabalho esse que permitiu, segundo o deputado, diversificar e captar novos mercados, mas também reforçar eventos que já são “marcos incontornáveis da atividade turística da Madeira”.

“É, por isso, que, realçando, em particular a Festa do Flor, em que nós apresentamos níveis de ocupação quase nos 100% daquilo que é a nossa capacidade de alojamento, a Madeira tem todas as condições e assume cada vez mais o papel de terceira região turística do país mais importante e, apenas pela questão de dimensão, não, é de facto a primeira”, disse.



ACÇÃO GOVERNATIVA

Desvalorização do escudo foi provocada por razões internacionais

A desvalorização do franco francês provocou um movimento generalizado de reajustamentos dos câmbios das moedas europeias e do dólar. As principais moedas da Europa foram desvalorizadas e o escudo não podia ser excepção. Por isso o Governo se decidiu pela desvalorização.

A base da depreciação do escudo reside, pois, nas circunstâncias internacionais. O Sistema Monetário Europeu, com o reajustamento das paridades, provocou a queda do franco francês, moeda com que, particularmente, somos forçados a manter permanentes relações cambiais. É, com efeito, de França que recebemos uma parte significativa das remessas de emigrantes e que engrossamos as nossas receitas turísticas. Acresce ainda a relevância da balança comercial luso-francesa em cujo défice, naturalmente, iria repercutir-se negativamente a depreciação do franco.

O Governo da AD soube prever os efeitos dos ajustamentos cambiais internacionais na nossa

economia e não hesitou tomar as medidas adequadas. Daí a desvalorização do escudo que, além de prevenir os inconvenientes referidos, se torna imprescindível para manter e reforçar a competitividade das nossas exportações.

Segundo o Ministro das Finanças, o Executivo vai manter o apoio permanente à exportação que, actualmente, apenas cobre 45 por cento das importações. Para também obviar a este desfazimento, João Salgueiro entende necessário

restringir as nossas compras ao estrangeiro, o que, fundamentalmente se conseguirá com o aumento da produção e, ao mesmo tempo, com a redução do consumo de energia.

De qualquer modo, a situação económica e financeira do País continua a manter a confiança externa indispensável. Aliás, João Salgueiro disse mesmo, recentemente, que os créditos junto da banca internacional não têm faltado e têm sido obtidos com facilidade.

Perante a evolução da conjuntura internacional, o Governo não podia ficar-se pela simples medida de desvalorizar o escudo. Tal como outros países, bastante industrializados, o Governo sentiu a responsabilidade de impedir o ritmo da taxa de inflação. Por isso também deliberou aumentar os preços dos combustíveis derivados do petróleo e congelar os preços de alguns produtos essenciais, bem como os níveis salariais, neste caso até Julho.

IFADAP empresta meio milhão ao Cachão

Foi celebrado na sede do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento a Agricultura e Pescas (IFADAP), contrato de empréstimo, no valor de meio milhão de contos, concedido por aquele Instituto ao Complexo Agro-Industrial do Cachão, SARL (CAICA).

O referido empréstimo destina-se ao financiamento de um matadouro industrial, e será utilizado ao longo de 24 meses, tempo previsto para a execução da obra.

A primeira parcela, de 53 mil e quinhentos contos, foi entregue no acto da escritura, devendo as restantes entregas vir a ser feitas trimestralmente, nos termos contratuais. Este financiamento de 500 mil contos é concedido no âmbito da linha de crédito norte-americano PL-480. A celebração deste con-

trato foi outorgada por membros da Comissão Directiva do IFADAP e do Conselho de Administração do C.A.L.C.A.

A encerrar a cerimónia, o Dr. António Paulo Daniel, presidente da Comissão Directiva do IFADAP afirmou que "este apoio financeiro do desenvolvimento do sector agrícola do nordeste transmontano deverá ser considerado um factor de real significado no quadro geral das iniciativas do fomento desejáveis ao progresso da região".

As obras para construção de estradas

Foram formalmente adjudicadas em acto público, os seguintes lotes de estradas:

- No itinerário n.º 1 — Lote Grândola-Ourique (78 km)
- Na E.N. 1 — Pontes sobre os rios Vouga e Marnel — distrito de Aveiro
- Na E.N. 3 — Lote Sarnadas-Castelo Branco — distrito de Castelo
- Na E.N. 118 — Lote Reidão-Tolosa — distrito de Portalegre

Os totais

O total dos compromissos assumidos pelo Estado nesta operação atinge 1,8 milhões de contos.

Na mesma ocasião foram declaradas de utilidade pública e aprovadas as plantas parcelares dos seguintes lotes de estradas:

- No itinerário principal n.º 4 — Lote Paredes-Penafiel
- Expropriações, 141 mil contos;
- Lote Amaran-te-Campel
- Expropriações, 83 mil contos;

No itinerário principal n.º 2 — Lote entre Alpedrinha e Alcains

• Expropriações, 9 mil contos. Aproveado foi também o projecto da variante de Viseu (pertencente ao itinerário principal n.º 5 Aveiro-Vilar Formoso) com a extensão de 19 km e o custo previsto de 700 mil contos. Já teve lugar a declaração de Utilidade Pública desta variante.

Foi ainda lançado concurso da passagem superior ao Caminho de Ferro da Beira Alta, no troço entre Fornos de Algodres e Celorico da Beira (pertencente ao itinerário principal n.º 5 — Aveiro-Vilar Formoso) cujo custo previsto é de cerca de vinte e um mil e quinhentos contos.

Neste conjunto de decisões do Governo é de salientar a importância atribuída à ligação de Portugal à Europa, através das vias privilegiadas para o efeito, os denominados itinerários principais: Bragança-Porto; Aveiro-Vilar Formoso; Setúbal-Vila Real de Santiago António.



ADERNOS PSD N.º 1

ESTATUTOS DO PSD

REGRAS VINCULATIVAS SOBRE A INTERPRETAÇÃO DOS ESTATUTOS

REGULAMENTO DE DISCIPLINA DOS MILITANTES

PREÇO: 20\$00

Pedidos à

SECÇÃO CENTRAL DE VENDAS
R. Buenos Aires, 39 - 1296 LISBOA CODEX
TELEFS. 602140 / 609042

Governo ajuda bombeiros

Pela Secretária de Estado da Habitação e Urbanismo, foram aprovadas participações para cinco corporações de bombeiros voluntários, visando a construção ou beneficiação das suas instalações.

Alcanceando um montante superior a 50 mil contos, estas participações destinam-se a concretizar diversos empreendimentos, nomeadamente a construção da Casa-Escola dos Bombeiros Voluntários do Crato e os Quartéis dos Voluntários de Carraxal de Montenegro em

Valpaços, de Santa Comba Dão, Constância e Góis.

De igual modo, foram autorizadas participações para a construção, em Faro, do jardim-escola da Caritas Diocesana do Algarve, Centro de Cultura e Desporto de Venade em Caminha, Centro de Promoção Social de Carvalhais em S. Pedro do Sul, Centro Sócio-Cultural de Casas de Monte Bom em Matra, Colégio da Cerdilha do Coe no Sabugal, assim como de beneficiação em diversas igrejas.

LÊ, ASSINA E DIVULGA

Povo livre

Nas tuas férias não deixes de ler "POVO LIVRE"



EDIÇÃO N.º 413 do "Povo Livre" | de 23 de junho de 1982.

"Desvalorização do escudo foi provocada por razões internacionais". A desvalorização da moeda francesa (o franco) tinha um impacto profundo nos mercados cambiais, incluindo no escudo português. Conheça o que se passou no início do verão de 1982, através desta notícia do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO

TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, aberta a todos os militantes, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 9 de maio (terça-feira) de 2023, pelas 21H30, no Hotel Montebelo, no Mosteiro de Alcobaça, sita na Rua Silvério Raposo, n.º 2, em Alcobaça, com a participação do Presidente do PSD, Dr. Luis Montenegro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Análise da situação Política Nacional e Distrital.

SECÇÕES

ALCOUTIM

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes, para a Eleição dos Órgãos de Secção de Alcoutim, do Concelho de Faro, a reunirem em Assembleia, no dia 3 de junho de 2023, entre as 15H00 e as 17H 00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.
Notas: A eleição decorrerá no armazém do Sr. Jaime Cardeira, sito na Rua de S. Sebastião em Martinlongo, entre as 15H 00 e as 17H 00
As listas de candidatos para os Órgãos de Secção deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede respetiva.

GUARDA

De acordo com o Artigo 54º dos Estatutos do PSD e em articulação com a CPS/PSD Guarda, convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 2 de junho (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00, no Auditório Centro Social e Cultural de São Miguel, sita na Avenida da Igreja, na Guarda Gare, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise e discussão da situação político-partidária;
2. Outros assuntos.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo do disposto nos artigos 53o e 54o dos Partido Social Democrata (PPD/PSD), convoca-se os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir em Assembleia de Secção, na sua Sede Concelhia, no próximo dia 15 de maio de 2023 (segunda-feira), pelas 20H30 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política local e nacional;
2. outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no artigo 69o dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo do disposto nos artigos 53o e 54o dos Partido Social Democrata (PPD/PSD), convoca-se os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir em Assembleia de Secção, na sua sede concelhia, no próximo dia 13 de junho de 2023 (terça-feira), pelas 20H30, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação aos militantes das listas candidatas e respetivos manifestos;
2. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no artigo 69o dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao Abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 16 de junho de 2023 (sábado), às 17H30, na Sede do PSD/Macedo de Cavaleiros, sita na Rua Clarinha Vaz, 2 - Macedo de Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Comissão Política de Secção.

Notas. A eleição decorrerá entre as 17H30 e as 20H30.

As listas para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Macedo de Cavaleiros, sita na Rua Clarinha Vaz, 2 – Macedo de Cavaleiros.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção do PSD de Portimão para, no próximo dia 3 de junho (sábado) de 2023, entre 16H00 e as 20H00, na Sede do PSD de Portimão, sita na Rua do Colégio número 6 em Portimão para a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios do PSD de Portimão para o biénio 2023-2025:

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua legalmente e estatutariamente, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16H00 às 20H00.

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Convoca-se ao abrigo dos Estatutos do PSD, os militantes da Secção de São Brás de Alportel, do Distrito de Faro, para reunir no dia 15 de maio (segunda-feira) de 2023, pelas 21H00, na Sede do PSD, sita na Rua Poeta Bernardo Passos, n.º 29/31, em São Brás de Alportel, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política atual;
2. Aprovação das contas de 2022;
3. Autárquicas 2025
4. Outros assuntos.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Santarém para reunir, na Casa do Brasil, sita na Rua Vila de Belmonte, em Santarém, no dia de 11 de maio, pelas 21H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da Situação Política
2. Informações.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoca-se todos os militantes, para reunir em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Viana do Castelo, no dia 2 de junho de 2023 (sexta-feira), às 21H00, no Auditório do Centro Social e Cultural de Barroelas, sita na Rua de Alambique, n.º 191-Barroelas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política local, distrital e nacional;
3. Outros assuntos.

NÚCLEOS

SANTA MARTA DE PORTUZELO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Santa Marta de Portuzelo, para reunir no próximo dia 4 de junho de 2023 (domingo), pelas 9H30 na Rua Grupo Folclórico de Santa Marta de Portuzelo, n.º 6,-Viana do Castelo, com o seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem de ser entregues na Sede da Secção, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem este estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A sede estrará aberta para o feito das 21H00 às 24H00.

O ato eleitoral decorrerá das 09H30 às 12H30.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jcdnacional@gmail.com

VII CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o VII Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro do mandato 2021/2023, para reunir no próximo dia 13 de maio de 2023 (sábado), pelas 14h00m, no Auditório da Junta de Freguesia de Maceda, sita na Rua José Francisco Godinho, n.º 50, 3885-815, Maceda com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Aprovação da proposta para Distinção de Militante Honorário;
- 3- Aprovação da ata do VI Conselho Distrital de

Aveiro;

- 4- Aprovação do local, data, horário e Regulamento do VII Congresso Distrital de Aveiro;
- 5- Outros assuntos de interesse.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário concelhio da JSD do Barreiro para reunir no próximo dia 4 de junho de 2023, sábado, pelas 16 horas, na sede do PSD do Barreiro, Rua de Trás-os-Montes, 4b, 2835-464, Santo António da Charneca, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Barreiro.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista. As urnas estarão abertas das 16 horas às 18 horas.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da JSD Torres Vedras para reunir em Plenário Concelhio, no próximo dia 20 de maio de 2023, sábado, pelas 16 horas, na Sede da JSD de Torres Vedras, sita na Rua 9

de Abril, nº1, 3º direito, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política concelhia, distrital e nacional;
- 2 – Análise e balanço dos últimos meses de mandato da CPC;
- 3 – Informações da CPC aos militantes;
- 4 – Outros Assuntos.



CONVOCATÓRIA

Nos termos do ponto 2 do art.º41º dos Estatutos dos TSD e do art.º3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD-Trabalhadores Social Democratas, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém para eleger o respectivo Secretariado Distrital e Mesa da Assembleia Distrital.

A eleição terá lugar no dia 25 de Maio de 2023 (quinta-feira), entre as 18h00 e as 20h30, na Sede do PSD no Entroncamento, sito na R. Almirante Reis nº 64, no Entroncamento. Com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Distritais

A(s) lista(s), completa(s), deve(m) ser entregue(s) até às 17h00 do 5º dia útil anterior ao acto eleitoral, na Sede Nacional dos TSD.

Lisboa, 28 de Abril de 2023

O Secretariado Nacional

49 anos
PSD

**CELEBRAÇÃO
DO 49º ANIVERSÁRIO**

6 DE MAIO, SÁBADO | COIMBRA

ACREDITAR